



## O INGRESSO E PERMANÊNCIA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA CAMPUS – JEQUIÉ

Fernanda Rodrigues Santos<sup>1</sup>  
Lucas da Conceição Santos<sup>2</sup>  
Ana Cristina Santos Duarte<sup>3</sup>

### RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar o ingresso e permanência do aluno deficiente visual no curso de Ciências Biológicas. A metodologia do trabalho é de cunho qualitativo, a coleta de dados foi realizada uma entrevista reflexiva com um aluno deficiente visual matriculado no curso de Ciências Biológicas. Os resultados demonstram a partir do depoimento do aluno, sua história de vida, a origem da deficiência e como foi vencendo as dificuldades que foram aparecendo depois de sua entrada na universidade, apontando a cooperação dos colegas e dos professores, bem como o apoio do Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência (NAIPD) por meio dos técnicos, material didático e auxílio nas atividades das disciplinas contribuindo para a permanência e inclusão no ensino superior. Concluindo-se que o objetivo do trabalho foi alcançando, pois o alunado está se mantendo no curso e está de fato ocorrendo a sua permanência e inclusão no curso de Ciências Biológicas, se dando por meio da sua determinação e perseverança, por parte dos professores, dos colegas e do (NAIPD) que o ampara e o integra no meio acadêmico.

**Palavras-chave:** Deficiência Visual, Inclusão superior, NAIPD, Permanência.

### INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil é resultado de um processo histórico, que vem passando por muitos desafios, desde a criação de leis, suas implementações e execução nos âmbitos escolares e universitários. A educação inclusiva segundo Mantoan (2003, p. 14) é “uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”.

Segundo Mittler (2003) a inclusão não diz a respeito apenas a inserir a criança em uma escola regular, mas sim mudar o contexto da escola para recebê-la, favorecendo o aprendizado e atendendo as necessidades dos indivíduos.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Campus - Jequié - UESB, [naanda12\\_12@hotmail.com](mailto:naanda12_12@hotmail.com);

<sup>2</sup> Mestrado pelo Programa em Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual da Bahia, [d\\_santos@hotmail.com](mailto:d_santos@hotmail.com);

<sup>3</sup> Professora Plena do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, [tinaduarte2@gmail.com](mailto:tinaduarte2@gmail.com);



Segundo Almeida e Ferreira (2018) só a partir do século XXI que começaram a criar as leis que garantiram a entrada e a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Cursos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus – Jequié, foram matriculados exatamente 65 alunos pelo regime de cotas para pessoas com deficiência na universidade no ano de 2009 a 2019. Havendo dez evasões desses alunos, cinco desistiram, um fez transferência externa, oito alunos foram matriculados no curso de Ciências Biológicas, dentre esses, três já concluíram sua graduação e apresentavam deficiência física e intelectual, dos alunos restantes, temos um deficiente auditivo, dois deficientes físicos e dois deficientes visual, apenas um é assistido pelo Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência (NAIPD).

O NAIPD foi criado em 2007, considerando e reconhecendo as dificuldades dos professores em trabalhar com alunos com deficiência, garantindo-lhes a permanência e inclusão no âmbito universitário, com intuito de romper as barreiras que interferem no meio acadêmico, fazendo com que os mesmos sejam incluídos, já que a sociedade tem-se ainda uma concepção que a deficiência se refere à incapacidade e invalidez. Esse setor atende atualmente 23 alunos, desses 18 recebem atendimento com as/os técnicas/os do NAIPD, alguns não recebem o atendimento diretamente com os técnicos, pois as deficiências não requer o Atendimento Educacional Especializado. No entanto, o NAIPD promove ações para garantir a todos os discentes os mesmos direitos que os demais alunos. Atualmente esse setor tem uma equipe de 13 funcionários, que oferece atendimento especializado aos discentes que lá frequentam. Entre esses, tem-se estudantes com deficiência visual, deficiência auditiva e física.

Dentre as pessoas atendidas pelo NAIPD, vamos focar no discente com deficiência visual do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, considerando a experiência que tive com o mesmo, por meio da monitoria voluntária realizada na disciplina de Anatomia Humana. O que despertou em mim algumas indagações quando ministrava a monitoria, indagações essas que me levou a trabalhar com esse tema e saber um pouco mais sobre o seu processo entrada no meio acadêmico e de inclusão no curso de Ciências Biológicas.



O problema da pesquisa se declina em investigar como ocorre o ingresso e permanência de um aluno com deficiência visual no curso de Ciências Biológicas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia campus – Jequié?

Assim, o objetivo da pesquisa é analisar o ingresso e permanência do de um aluno deficiente visual no curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, campus Jequié.

Por meio de referenciais teóricos, será abordado o processo histórico de como se deu a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito das Universidades e quais políticas públicas foram adotadas para a permanência do mesmo no ensino superior, apresentando a relevância desse trabalho por meio do depoimento do entrevistado, mostrando suas vivências e experiências dentro do curso de Biologia.

## **METODOLOGIA**

A investigação é classificada como uma pesquisa de cunho qualitativo, segundo Minayo (2009) quando caracteriza os significados, sem procurar enumerar ou medir os eventos estudados, mas entendendo os fatos relatados através das histórias coletadas.

Este estudo ocorreu na Universidade do Sudoeste da Bahia, situada no município de Jequié. Tendo como participante, um aluno deficiência visual do curso de Ciências Biológicas. A coleta de dados foi baseada mediante a entrevista reflexiva. Que se caracteriza como uma entrevista bem organizada, onde existe uma boa interação pesquisado/entrevistado, fazendo com que haja um bom dialogo entre ambos, para ocorrer uma boa compreensão do que o pesquisador esta questionando ao entrevistado.

Uma das características marcantes da entrevista reflexiva é que os roteiros que guiam o pesquisador são construídos com perguntas precedidas de termos interrogativos: “como?” “porque?” “qual”? Permitindo o entrevistado fazer uma narrativa acerca do que está sendo questionado. Este estudo ocorreu na Universidade do Sudoeste da Bahia, situada no município de Jequié. Tendo como participante, um aluno deficiência visual do curso de Ciências Biológicas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### *Momento Histórico da Educação Inclusiva*



Segundo Mendes (2006), A educação especial iniciou sua trajetória histórica no século XVI, com indivíduos que a sociedade caracterizava como incapazes de aprender, por apresentarem algumas especificidades, tanto física quanto mental. Achavam que essas pessoas seriam bem cuidadas se estivessem longe das pessoas tidas como normais, em manicômios ou asilos. Mas os pedagogos e médicos da época tinham os pensamentos contrários da sociedade, usavam de seus conhecimentos para educar essas pessoas.

Miranda (2003) revela que nos séculos XVIII e XIX, foi à fase que os indivíduos que apresentavam alguma deficiência eram educados ou ensinados em “instituições residências”. Miranda (2003) aponta que no final do século XIX e início do século XX surgiu as “escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte”.

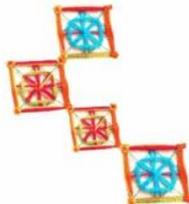
Diante do caminhar histórico foi se dando a educação inclusiva no Brasil, por meio da evolução educacional e do direito adquirido por leis para a inserção das pessoas com deficiência no âmbito escolar.

Dentre as leis, destacamos a Constituição Federal de 1988, que assegura no artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, o texto dispõe na área da educação: a introdução de pessoas com deficiências no âmbito educacional especial, privado e público do sistema educacional de ensino.

Na lei de nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, conhecida como estatuto da criança e do adolescente, diz que elas devem usufruir dos direitos fundamentais, assegurando-lhes “por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

Declaração de Salamanca, que surgiu a partir da Conferência Mundial que ocorreu no município de Salamanca na Espanha em 1994 e incidiu no intuito da elaboração de políticas públicas para que as escolas regulares pudessem ser preparadas para receberem estudantes deficientes e com outras especificidades, oferecendo-as



condições necessárias para o avanço e desenvolvimento no aprendizado escolar. Dando o devido suporte e ajudando a interação entre os indivíduos, sem nem um tipo de discriminação e ocorrendo o aprendizado mútuo entres os alunos, sem distinção física, social ou cultural.

Sant'Anna (2014) relata que “Educação Especial”, se tornou modalidade de ensino escolar a partir da LDB de 1996, fazendo com que as escolas se adaptassem com a inserção desses alunos no ensino regular, buscando qualificar seus profissionais, procurando meios e matérias didáticos para proporcionar o aprendizado de qualquer aluno, mesmo que apresente deficiências distintas.

No século XXI, a educação avançou de forma significativa, por meio da criação de políticas públicas implementadas para evoluir de forma positiva na educação, buscando uma educação que envolvesse vários grupos da sociedade, independente de sua condição social ou por apresentar algum tipo de deficiência, fazendo com que se chegasse a proposta de uma educação inclusiva nos dias atuais.

Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002, ano que a libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras), em nosso país.

O Art. 27º da Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 afirma “assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais [...]” (BRASIL, 2015).

E por fim o decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, do artigo 37 que trás alguns pontos importantes sobre o Instituto Benjamin Constant, considerando a educação para deficiente visual como uma educação fundamental, garantindo “o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas cegas e de visão reduzida, e desenvolver experiências no campo pedagógico da área de deficiência visual”.

### ***Deficiência visual***

Para Torres e Santos (2015, p. 36), “A deficiência visual compreende as pessoas cegas e com baixa visão”. Sendo definida a pessoa com cegueira, quando ocorre a perda total da visão, podendo está presente desde o nascimento do individuo ou perda ao decorrer da vida e como baixa visão, que são adquiridas por patologias, como astigmatismo, hipermetropia, miopia e entre outras. Segundo Paulino, Vaz e Bazon



(2011, p. 673) dizem que “através das conceituações de cegueira e baixa visão, que apresentam conceitos diferenciados, precisa-se de ensino e estratégias diferentes para atender as especificidades de cada uma”.

### *A inclusão do deficiente visual no ensino superior*

Segundo Pieczkowski e Naujorks (2012) ampliou o acesso de estudantes no ensino superior, inclusive aqueles que apresentam alguma deficiência. Isso tem ocorrido devido à expansão do número de vagas nas universidades públicas e privadas e os sistemas de contas que foram adotados.

Marcondes (2017, p. 97) mostra o aumento significativo através do censo escolar do O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, referente ao ensino regular e no ensino superior com números absolutos, na educação básica em 2014, foi contabilizado o total de 698.798 alunos matriculados já no ensino superior “2004 tínhamos 5.395 estudantes com deficiência matriculados no ensino superior, número que, em 2014, chega a 33.377, crescimento de 518,66%”.

Wellichan e Souza (2017) relatam algumas recomendações que podem auxiliar no processo de inclusão de alunos deficientes visuais ou com baixa visão nas universidades. Entre elas, têm-se os recursos pedagógicos, como material adaptado, material com fonte ampliada, material em braille, programas específicos. Estrutura física adequada, favorecendo autonomia desses indivíduos. “É importante perguntar ao aluno como pode ser ajudado, [...]. Desfazer o mito de que “todo cego é também surdo” precisa ser trabalhado com a comunidade local, além de conscientizar sobre orientar a pessoa com clareza e precisão [...]” (WELlichan; SOUZA, 2017, p. 150 -152)

E por fim a fiscalização dos órgãos competentes para se garantir o cumprimento das leis, levando aos espaços de formação educacional entender seu papel de forma cidadão e colocar em prática o que esta proposta em lei.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Frente à consideração do objetivo, problema de pesquisa e os resultados da investigação e diante da análise dos dados, apresenta-se a seguir os resultados da pesquisa que foram agrupadas em duas categorias, descritas conforme o quadro 1.

Quadro 1- Categorias do trabalho e suas sínteses

<i>Categoria</i>	<i>Nome da categoria</i>	<i>Síntese</i>
<i>Categoria 1</i>	O ingresso e inclusão do deficiente visual no nível superior: Limitações e histórias.	Nessa primeira categoria, trazemos uma discursão acerca da entrada do deficiente visual no ensino superior. Assim, por meio das vivências e experiências do nosso entrevistado, pontuamos sobre as limitações e fatos que ocorrem após sua entrada na universidade; relatamos também, as história e as limitações durante sua trajetória formativa na universidade.
<i>Categoria 2</i>	Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência (NAIPD) como apoio institucional para a permanência do licenciado de ciências biológicas na universidade.	Nessa segunda categoria do trabalho consiste em discutir por meio das falas do entrevistado o apoio do NAIPD, para permanência do Licenciando no curso de Ciências Biológicas na universidade.

#### ***4.1 - O ingresso e inclusão do deficiente visual no nível superior: histórias e limitações.***

A presente categoria demonstra os caminhos que o entrevistado percorreu, evidenciando desde sua entrada na universidade até sua jornada no ensino superior, trazendo pontos relevantes que mostram suas histórias, as limitações no curso de Ciências Biológicas. Apresentamos inicialmente o depoimento no qual o entrevistado relata a origem da sua deficiência.

*Ocorreu através de uma rubéola que minha mãe teve durante a gestação, [...] Aos 11 anos procuramos o medico, quando chegamos lá, ele disse que eu tinha miopia.[...]. Em 2010 eu fui dormi e acordei cego, fui ao medico que já me consultava e ele me disse que ele já tinha me falo que eu ficaria cego [...] (João).*

Brasil (2005) destaca que, as causas de infecções durante a gestação que pode acarretar a cegueira o baixa visão do feto são, a rubéola, sífilis, AIDS e entre outros. A rubéola é apontada, como umas das doenças mais associadas há uma alta incidência de deficiência visual, pois muitas mulheres não se previnem com a vacinação. “Toda mulher deve ser vacinada antes de engravidar ou, de preferência, no início da adolescência, pois o vírus da rubéola materna atravessa a placenta, alterando o processo de formação embrionária” BRASIL, (2005, p. 19).



Com base na fala de João, o diagnóstico errado fez com que ele perdesse a visão por completo. Segundo Brasil (2005) quanto antes detectar o problema mais fácil será a correção. Se o médico que o atendeu tivesse percebido de início o diagnóstico correto para João, poderia ter recuperado boa parte de sua visão.

No entanto, mesmo diante de suas limitações, no decorrer da entrevista João relata sobre sua afetividade com a educação, expondo que mesmo diante das adversidades existentes no seu processo educacional não desistiu, sempre procurando se qualificar enquanto profissional.

Como nosso foco trata da investigação do seu percurso e processo de ingresso e inclusão na educação superior, nos debruçamos sobre essa perspectiva a partir da seguinte colocação:

*P: como ocorreu seu ingresso na educação superior?*

*Ingressei na UESB pelo vestibular, passei em 1º lugar e como sou deficiente eu concorri pela cota de deficiente com outros (...). Foi bom, pois já tinha feito dois cursos técnicos consecutivos, e logo depois que terminei o segundo curso eu já entrei na UESB, no começo foi um pouco complicado com alguns professores, mas depois eles foram se adaptando e foi tudo tranquilo (João).*

No depoimento acima, o entrevistado relata como se deu seu ingresso na universidade e como se sentiu ao entrar na mesma. Sabemos que está crescendo o número de alunos com deficiência nas universidades, seja ela pública ou privada. Segundo Guerreiro, Almeida e Filho (2012, p. 32), as pessoas com deficiência que antes eram vistas e colocadas de segundo plano, assumem agora seus lugares de direito. Chegando assim ao ensino superior, mesmo que de forma lenta, “ampliado a preocupação em garantir os seus direitos, que não são apenas de acesso, mas também de permanência e alcance do sucesso acadêmico nesse nível de ensino” .

Quando indagado se os professores estão preparados para receber um aluno deficiente visual em suas salas de aula e quais as estratégias utilizadas pelos professores das disciplinas para trabalhar com esse aluno, o entrevistado relata que:

*No passado não estavam preparados, quando cheguei aqui foi um baque para os professores, quando cheguei à primeira aula um professor me falou que não sabia como ir trabalhar comigo, eu falei que [...] ele poderia dar sua aula normal e eu iria ouvir e só pedia pra ele enviar os materiais com antecedência para o Naipd para eles fazerem a adaptação. Os professores que iam trabalhando comigo passam as experiências para os próximos professores que eu vou pegar as disciplinas, eles já me esperam com o material preparado pra trabalhar comigo, materiais às vezes feitos por eles mesmos. Muitos estão buscando se especializar na educação especial [...] (João).*



Com isso é perceptível que os professores do curso estão buscando estratégias de trabalhar com esse aluno e de inclui-lo na sala de aula, mesmo tendo passado por dificuldades no começo. De acordo com Guerreiro, Almeida e Filho (2012, p. 33) as condições de inclusão e de permanência de aluno deficiente na sala de aula, implica-se na busca de, mas recursos pedagógicos (livros, equipamentos, instrumentos etc.), [...] capacitação aos professores e apoio institucional. As estratégias didáticas são importantes para o desenvolvimento cognitivo do aluno com deficiência. Porém não devemos ficar atrelados somente a elas, já que a aprendizagem envolve todo um conjunto de processo que esses alunos têm que traçar durante seu percurso dentro das escolas e universidades. Com isso, faz-se necessário que as universidades deem melhores condições de acesso a esses estudantes tanto no seu currículo quanto na utilização de recursos tecnológicos e profissionais capacitados que possam atuar junto a esses estudantes (ANACHE; CAVALCANTE 2018, p.120).

#### ***4.2 - Núcleo de Ações Inclusivas para pessoas com deficiência (NAIPD) como apoio institucional para a permanência do licenciado de Ciências Biológicas na Universidade.***

Em complementação a primeira categoria do trabalho essa segunda discussão é dada como relatado no subtítulo visa uma caracterização do Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência – NAIPD enquanto espaço de apoio e de contribuição em relação à permanência do entrevistado dentro do curso de Ciências Biológicas e dentro da Universidade. O entrevistado relata como conheceu o NAIPD:

*Eu já conhecia o trabalho do Naipd e já tinha visitado. Também já conhecia a coordenadora e alguns técnicos que trabalham no local. Já sabia que era um trabalho excelente e que me ajudaria muito na minha caminhada acadêmica [...]. O Naipd contribui muito, se não fosse ele eu não estaria na UESB, pois é onde faço minhas atividades, podemos contar com Xerox através do Prae, por solicitação do núcleo, temos acompanhamento, coordenadora e no que precisarmos das técnicas em relação a adaptações dos matéris [...]. (João).*

Outro aspecto importante constatado foi se os professores disponibilizam os materiais trabalhados em sala para o Naipd e de que forma esse material é trabalhado pelos monitores que acompanham esse aluno no setor, e o mesmo relatou:

*Sim, sempre, alguns demoram mais o Naipd cobra. Às vezes os professores me entregam impresso às vezes dão aos meus monitores ou enviam diretamente para o*



*Naipd. (...) O Naipd recebe todo meu material, vou dar exemplo dos textos, ai são convertido em áudio. As imagens descrevem e transcrevem em alto relevo. O que é texto eles leem pra mim, além de estar adaptado em áudio. Porque a Biologia tem muito código, como na genética, na biofísica, bioquímica e outras exatas. Então é importante o trabalho do NAIPD para minha formação e à participação dos profissionais do Naipd, que contribui para o meu aprendizado (João).*

Com isso nota-se a importância do NAIPD na permanência desse aluno no curso de Ciências Biológicas. Setor que se caracteriza por ser um espaço desenvolvido de ações direcionadas aos discentes com deficiência, contribuindo para romper barreiras e desenvolvendo serviços essenciais ao aprendizado dos alunos que lá passam. O atendimento do NAIPD para o deficiente visual que abrange (pessoas cegas e com baixa visão), sendo por meio de conversão de textos impressos em áudio, recursos em alto relevo, utilização da tela, a conversão de material em braile, mas não é tão comum, porque nem todos os deficientes visuais que são atendidos lá, dominam o braile.

Alguns decretos veem certificar a inclusão desses alunos em diversos níveis de educação, entre eles, o Art. 27º da Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 “ assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais [...]” (BRASIL, 2015). E para facilitar o aprendizado de um aluno deficiente visual, devem usar de recursos que vão aguçar os outros sentidos, entre eles, os modelos tridimensionais, maquetes em alto relevo, utilização da tela em alto relevo, impressora em braile que é utilizado pelo NAIPD para ajudar nas atividades do mesmo, facilitando assim o aprendizado desse aluno.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Decorrente do percurso trilhado para o desenvolvimento da pesquisa, consideramos que o objetivo do estudo foi alcançado visto que no trabalho apresentamos elementos discursivos sobre a educação inclusiva no ensino superior, ponderando por meio do depoimento do entrevistado sobre o processo de permanência no curso de Ciências Biológicas, que esta tem ocorrido por meio da sua capacidade e força de vontade, pela cooperação dos colegas e dos professores que tentam adaptar matérias para a aula e o apoio do NAIPD como espaço que promove a integração do aluno no meio acadêmico, proporcionando a permanência e inclusão no ensino superior.



## REFERÊNCIAS

**ANACHE, A.A; CAVALCANTE, L.D. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior.** Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número Especial, 2018: 115-125.

ALMEIDA, J. G. A; FERREIRA, E. L, **Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora.** Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número Especial, 2018: 67-75.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão.** Brasília, 2005.

BRASIL. Constituição (1988) do artigo 205. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019 do Art. 37º. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286)

GUERREIRO, E. M. B. R, ALMEIDA, M. A, FILHO, J. H. S. **Avaliação da Satisfação do Aluno com Deficiência no Ensino Superior.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 31-60, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n1/03.pdf>

\_\_\_\_\_. LEI Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 do Art. 2º. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm)

\_\_\_\_\_. LEI Nº 13.146, de 06 de julho de 2015 do Art. 27º. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei\\_13146.pdf](http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf).

\_\_\_\_\_. LEI Nº 10.436 de 24 de abril de 2002 do Art. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.146 de 06 de julho de 2015.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)



MANTOAN, M. T. E. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?**  
Coordenador da coleção: Ulisses F. Araújo 1ª edição Moderna , 2003. P.14

MARCONDES, M.E.R.S. **Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade.** Inc.Soc., Brasília, DF, v.11 n.1, p.94-104, jul./dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Fernanda/Downloads/4083-12020-1-PB.pdf>

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Rev. Bras. Educ. v.11 n.33 Rio de Janeiro set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>.

MINAYO, M.C. de S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28º Ed. Petrópolis. Vozes 2009.

MIRANDA, A. A. B. **História, Deficiência e Educação Especial. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental,** Unimep, 2003. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wpxontent/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>

M SANT' ANNA, N.F. Inclusão de Deficientes Visuais na Universidade. Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación. Buenos Aires, Argetina, 2014.ITTTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais:** Porto Alegre: Artmed, 2003.

TORRES, J.P.; SANTOS, V. **Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais.** Educação, Batatais, v. 5, n. 2, p. 33-52, 2015.

VAZ, J.M.C, PAULINO, A.L.S. BAZON, F.V.M, et al. **Material didático para ensino de biologia: possibilidades de inclusão.** Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências Vol. 12, No 3, 2012.

PIECZKOWSKI, T. M. Z; NAUJORKS, M. I. **Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: diferentes discursos, diferentes expectativas. Atos de pesquisa em educação.** V. 07, n. 03, p. 938-962, set/dez. 2012. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/3231>

WELLICHAN, D.S.P, SOUZA, C.S. **A Inclusão na Prática: Alunos Com Deficiência no Ensino Superior.** RPGE– Revista online de Política e Gestão Educacional, v.21, n.1, p. 146-166, 2017.